ANTI CAPITALISTA

N.º 20 (SÉRIE II) – SETEMBRO 2019

GREVE CLIMÁTICA
PP.03-08

O DIREITO À GREVE EM CHOQUE COM O PS
P.05

ELEIÇÕES EM MODO DE GREVES

EDITORIAL

A CENTELHA DE UMA POLÍTICA ALTERNATIVA

Há quatro anos combatíamos a política austeritária do governo PSD/CDS, para travar o empobrecimento e a destruição de direitos sociais e do trabalho. A urgência de uma política alternativa culminou, no plano institucional, no acordo parlamentar entre o PS e o Bloco, PCP e PEV, que suporta o atual governo.

A necessidade de criar maiorias em torno de uma política alternativa não foi nunca uma luta circunscrita, nem ao período da Troika, nem ao plano material. A direita reorganizada no pós-25 de Abril e o "socialismo na gaveta" do PS têm-se dedicado, nas últimas décadas, a destruir a conceção do mundo em comum que o período revolucionário construiu. As privatizações, o retrocesso das leis laborais, a economia de mercado que se alastrou à saúde, à educação, ou à habitação, têm como consequência não só a intensificação da exploração e o aprofundar das desigualdades, como contribuem para enfraquecer a esperança numa sociedade pautada pela justiça social e pela igualdade. À "sociedade em comum", opõe-se a sociedade como somatório de indivíduos que quebra laços de solidariedade com a simulação de conflitos, sejam eles entre gerações ou classes profissionais, jogos de soma 0 que ofuscam o que temos em comum. O teatro engendrado pelo governo PS para virar o país contra os professores, ameaçando a sua demissão, é apenas um exemplo desta prática.

Depois de um movimento social em exaustão pela agressividade da política austeritária, o acordo parlamentar de 2015 provou ser possível fazer diferente e devolveu a esperança num futuro que pode e deve ser construído democraticamente, em que a luta constrói agenda política e a converte em realidade. As lutas sociais cresceram, enchendo de novo as ruas. O acordo parlamentar possibilitou um longo rol de vitórias "impossíveis", mas provou também que a luta não se faz em vão. Quando as greves mexem com o país, quando a Greve Climática leva dezenas de milhares a faltar às aulas para defenderem o clima, quando a Greve Feminista junta outras dezenas de milhares, estamos perante a recuperação de uma democracia participada e a politização da sociedade que tanto perturba a hegemonia de ideias. A direita vê nestes momentos o "falhanço" do governo e da solução à esquerda. Nós vemos nos consensos construídos, defendidos na ação política de rua e pela reorganização do movimento social, a reanimação da política. A possibilidade de uma política alternativa que ajudámos a criar foi a centelha que reacendeu a luta popular que não cessa em reivindicar.

Sempre soubemos que não há política alternativa sem mobilização social e que não se constrói futuro apesar das pessoas, mas com as pessoas. Neste sentido, as legislativas de outubro são um momento importante do processo de combate à impossibilidade, de recuperação de uma sociedade em comum. 2015 está já distante, o PS e a direita recuperam, sem pudor, a sua dedicação à destruição do que a Revolução construiu. Exemplo paradigmático é o decretar de serviços mínimos exagerados que asfixiam o direito à greve e protegem os lucros das empresas. É, pois, urgente reforçar posições para defender o até agora conquistado, bem como para tornar possível o impossível. Não estamos em tempo de hesitações, mas de posicionamentos claros.

Em outubro, apresentamo-nos às eleições com a força que fomos construindo com a politização de cada espaço e a disputa de mentalidades, para que a janela por onde espreitou a esperança não se feche, mas se abra com o estrondo de uma maioria que acredita num caminho em que "ninguém solta a mão de ninguém".

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, onde se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
A centelha de uma política alternativa

3 **Greve Climática**
O erro da colapsologia

4 **Ativismo**
A experiência das comissões de trabalhadores

5 **Ativismo**
Matar as greves sem mudar a lei: a natureza de processo em curso

6 - 7 **Internacional**
A recessão que é tão temida
Argentina sinaliza o fim da onda conservadora?

8 **Acontece**
Rebelião pelo Clima
Greve Climática Mundial
2ª Marcha LGBTI+ em Viseu

8 **Leituras**
História de uma Família Decente
Istambul, Istambul

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Ana Bárbara Pedrosa
Francisco Louçã
Joana Filipe
José Soeiro
Luís Leiria
Mafalda Escada
Rita Gorgulho
Rodrigo Rivera

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

O ERRO DA COLAPSOLOGIA

ENTREVISTA DE VIENTO SUR A DANIEL TANURO

DANIEL TANURO é um engenheiro agrónomo, marxista, que tem escrito desde há muito sobre alterações climáticas (foi publicado em português o seu livro "O Impssível Capitalismo Verde", edições Combate, 2012).

Neste excerto de uma entrevista publicada pela revista Viento Sur, discute as teorias dos colapsologistas, que afirmam que caminhamos para um abismo do desastre climático e que não o podemos evitar. Esta reflexão é-nos muito útil no mês em que preparamos mais um jornada mundial de greve climática, a 27 de setembro.

VS: A colapsologia, pela atração que exerce hoje, é uma palavra imã?

TANURO: Mas um imã que nos leva onde? Esse é o problema. Os colapsólogos nem sempre são muito claros e há variantes nos seus discursos. Mas o essencial é que afirmam que o colapso é inevitável e que a única resposta consiste em criar pequenas comunidades resistentes, que não haverá outro modo de sobreviver depois do apocalipse. Na sua última obra, "Um outro fim do mundo é possível", Pablo Servigne e os seus amigos descrevem o colapso como uma doença de Hutchison, uma doença degenerativa, hereditária e mortal: há que aceitá-la e deixar de lutar... Em vez de identificarem o capitalismo como a causa principal – não digo que seja a única – da destruição ecológica, naturalizam as relações sociais e invocam ameaças bíblicas sobre as nossas cabeças. A partir de aí são possíveis todas as derivas ideológicas, e nem falta "outro fim do mundo".

Dito isto, a atração que a colapsologia exerce é inegável. Explica-se, como é evidente, pela angústia perante as ameaças terríveis que poderiam levar à destruição do planeta e é importante informar sobre a gravidade da situação. Para muitas pessoas, essa consciência corresponde também à percepção da necessidade de romper profundamente com a sociedade atual, o seu produtivismo e o fetichismo da mercadoria. Há aqui um paradoxo: apesar de serem incapazes de explicar porque é que o capitalismo é tão destruidor, os colapsólogos são um eco de setores sociais, especialmente jovens, que procuram respostas anticapitalistas.

Por isso me parece importante que se faça este debate. Sobretudo, creio que é essencial explicar que a visão de inspiração anarquista de um colapso do capitalismo que abra as portas a uma sociedade autogerida e baseada em comunidades locais não permite enfrentar os desafios globais da transição. A complexidade desses desafios requer uma ação planificada. Sou totalmente partidário das ideias de autogestão descentralizada, mas a transição energética e social exige tanto a descentralização como a centralização, a planificação e a auto-organização. A história demonstrou os riscos terríveis de degenerescência próprios desta combinação de contrários e por isso é preciso um programa para combatê-los.

VS: Ao considerar que alguns deles naturalizam as relações sociais, acusaste os colapsólogos de "cairem na regressão arcaica"...

TANURO: Não digo que a naturalização das relações sociais leve inevitavelmente à regressão arcaica, ao regresso ao passado, mas favorece-a indiscutivelmente. Se não identificamos a grande responsabilidade histórica do capitalismo, a que podemos agarrar-nos, onde está a saída possível? Para alguns, não há nenhuma: a Terra tem uma doença que se chama humanidade e só se curará quando eliminar essa raça. É a conclusão cínica de James Lovelock no seu livro sobre Gaia, por exemplo. Para os colapsólogos, a solução seria psicológica: devíamos descobrir o nosso inconsciente coletivo e recuperar o passado que temos dentro de nós. É isso que entendo por "regressão arcaica", essa ideia reaccionária de Carl Jung.

VS: Depois de décadas de inação pelos poderes estabelecidos e com a relação de forças atual, devemos temer que se mantenha o status quo, uma situação em que nada se faz? O colapso não seria então um certo pragmatismo?

TANURO: Se se usa o plural, e se fala de colapsos ou riscos de catástrofes, o pessimismo talvez seja uma forma de lucidez. Mas temos que evitar esta ideia do Colapso absoluto, do fim do mundo. Mas, sem consciência social, a intuição fica enviesada, o raciocínio será circular e resta a pseudociência. Só podemos partir da realidade: o risco da destruição do meio ambiente e a responsabilidade concreta da forma histórica responsável por esta destruição.

É por isso que rejeito o capitalismo verde e as soluções de aprendiz de feiticeiro. A única forma racional de equilibrar a equação climática é anticapitalista. Será necessária uma mobilização geral, um inventário de todas as prdoduções inúteis e perigosas, dos modos de transportes inúteis, e suprimi-los completamente até alcançar a necessária redução das emissões. Isso requer medidas draconianas, como a socialização da energia e crédito, a redução massiva do tempo de trabalho sem perda salarial, a reconversão profissional e o desenvolvimento dos serviços públicos democráticos.

ATIVISMO

COMISSÕES DE TRABALHADORES

Joana Filipe

Durante a minha vida profissional, participei em dois processos de constituição de comissões de trabalhadores, em duas empresas do sector bancário. Estas duas empresas tinham muitas coisas em comum: a pertença ao mesmo grande grupo financeiro, uma dimensão considerável (mais de mil trabalhadores permanentes), e por fim, a total ausência de participação/auscultação dos trabalhadores nos processos de gestão da empresa. Da parte da Administração (comum, em parte), há o mesmo fundamentalismo anti-sindical e uma reticência evidente perante movimentos de trabalhadores organizados.

Depois de vários anos como representante de trabalhadores, penso que as motivações para este posicionamento são fundamentalmente claras. Primeiramente, a existência de uma ou mais estruturas de representação implica maior transparência e disseminação de informação – e trabalhadores mais informados são trabalhadores mais reivindicativos - mas, acima de tudo, a vontade de fazer, enquanto Administradores, "o que lhes der na real gana" em termos de gestão da empresa, sem qualquer tipo de escrutínio (principalmente da parte dos trabalhadores).

Mas centremo-nos nos trabalhadores. A história é sempre a mesma – recrutados para uma empresa em ascensão, acalentam esperanças de uma ascensão fulgurante na hierarquia (expectativa alimentada pelas chefias intermédias e de topo). Em prol desta futura ascensão, aceitam salários baixos, que não reflectem o valor da sua contribuição para o sucesso da empresa, fazem horas extraordinárias sem nenhuma remuneração, aparecem diligentemente nas festas de equipa e de empresa (onde cada um "paga o seu"), enfim…"vestem a camisola".

Os anos passam e a recompensa não chega. Os aumentos (míseros) são bianuais e não acompanham a inflação – não se enganem, um técnico bancário ao serviço destas empresas, vivendo sozinho, não ganha o suficiente para poder arrendar um T1 nos arredores de Lisboa ou Porto (quanto mais no centro!). Acabam, frequentemente, a alugar quartinhos em apartamentos divididos com universitários, muito para além dos trinta anos. Uma vida adiada. Tudo em nome da tal ascensão que nunca chega. São estes os engravatados dos nossos dias… Que vestem a camisola.

ATÉ QUE UM DIA CHEGA A TOMADA DE CONSCIÊNCIA (DE CLASSE). E, JUNTOS, DECIDEM CRIAR UM MEIO DE REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS SEUS INTERESSES – A COMISSÃO DE TRABALHADORES.

As CTs são parte do legado que o 25 de Abril nos deixou, e conservam uma característica interessantíssima – uma vez constituídas, representam toda a gente numa empresa. Os que a querem e os que a não querem, os técnicos bancários mal pagos, bem como os Administradores. Têm um conjunto de direitos e prerrogativas concedidas por lei, que incluem o "controlo de gestão" – recebem informação sobre o balanço social da empresa, informação económica, balancetes, mapa de pessoal, mapa de férias – e a consulta prévia obrigatória, em matérias como regulamentos internos, mudança das condições de trabalho, procedimentos disciplinares, matérias referentes a horário e locais de trabalho. As competências legais das CTs, embora magras (a meu ver, mas seguramente não no ver das Administrações), podem ser poderosas se coordenadas com as prerrogativas dos diferentes sindicatos, e se forem utilizadas para irem de encontro àquelas que são as justas reivindicações dos trabalhadores.

E as CTs têm também reuniões mensais obrigatórias com o órgão de gestão da empresa. Que bem entendido, não as deseja – nem às reuniões, nem às CTs.

E é por isso que é importante que criemos as nossas Cts. O caminho é cheio de dificuldades, mas nunca fez tanto sentido lutar pelas causas de sempre, nos locais em que estas são verdadeiramente vividas: nas empresas e (porque não?) nas ruas.

O importante é que as CTs saibam ser o canal necessário para que se faça ouvir a voz dos Trabalhadores. Ao lado dos trabalhadores. As Administrações tentarão sempre escusar-se a ouvir esta voz. Nós respondemos criando as nossas comissões de trabalhadores.

MATAR AS GREVES SEM MUDAR A LEI: A NATUREZA DE PROCESSO EM CURSO

José Soeiro

Nem todas as transformações mais importantes no enquadramento do trabalho ocorrem de forma explícita. Por vezes, é nos interstícios das práticas, no limiar ou na disputa da aplicação das leis, que se vai mudando a realidade. Aquilo a que estamos a assistir em Portugal é, não tenhamos dúvida, a um processo deste tipo, com consequências importantíssimas para o mundo do trabalho. Explorando e hiperbolizando os impactos sociais de determinadas greves (primeiro, os motoristas de matérias perigosas, agora os trabalhadores da Ryanair), procurando deslocar o terreno do conflito de "trabalhadores VS patrões" para um antagonismo "grevistas VS população", o Governo pôs em marcha um verdadeiro redesenho, socialmente regressivo e politicamente autoritário, da lei da greve em Portugal

Para esta reconfiguração da greve, o Governo quis escapar à alteração da lei escrita para aprofundar, sem debate nem validação democrática, a mudança efetiva da lei na prática. Fá-lo por via da banalização da definição de "serviços mínimos" maximalistas e do recurso à requisição civil. Fá-lo pelo esvaziamento dos efeitos económicos da greve através da completa subordinação do seu exercício aos supostos "imperativos económicos", nomeadamente no setor do turismo. Fá-lo pelo empenhamento no espaço público com vista a estabelecer como supostas evidências o que não passa de ideias disparatadas, como a de que "durante uma greve não se negoceia" ou que deve poder fazer-se "requisições civis preventivas" antes mesmo de se saber se os serviços mínimos são ou não cumpridos. Fá-lo mobilizando o aparelho coercivo do Estado a favor das entidades patronais – o mesmo aparelho que não é chamado, por exemplo, a assegurar a efetividade da legislação laboral que a Autoridade para as Condições do Trabalho deveria garantir. Este redesenho da greve, que foi além do que a Direita conseguiu fazer no passado, acontece depois de uma legislatura cujo final ficou marcado pela aliança entre o PS e a Direita para manter no Código de Trabalho o desequilíbrio nele inscrito durante o período austeritário, acrescentando-lhe medidas precarizadoras, algumas aliás de constitucionalidade muitíssimo duvidosa, como o alargamento do período experimental, mas também os contratos orais de muito curta duração. O PS quis terminar este ciclo político com um sinal claro, dado quer aos patrões quer ao eleitorado conservador.

Esse sinal foi dado aproveitando uma gestão atabalhoada de um processo grevista cujas razões eram inteiramente justas, mas de cuja condução se aproveitou o Governo, que em nenhuma outra circunstância teria tido a ousadia de ir tão longe, porque nunca se sentira tão respaldado pela ideia de ter "o país consigo". O problema é, para além do que aconteceu, os efeitos que ficam para o futuro. O objetivo de uma greve é sempre perturbar o normal funcionamento do quotidiano da produção e da circulação mercantil. Mostrar que, se os trabalhadores pararem, o mundo pára. Não há verdadeiro exercício do direito à greve se ela não se fizer sentir, em primeiro lugar, nos bolsos dos patrões que precisam do trabalho para o seu negócio e para obterem os seus lucros; e também, secundariamente, no funcionamento da sociedade, que toma com a greve a consciência da falta que aquele trabalho faz. Ora, o que mudou com a maximalização dos serviços mínimos, combinada com a utilização do aparelho repressivo do Estado ao serviço das entidades empregadoras, foi isto: a partir de agora, parece que o papel do Estado, num processo de greve, não é mais mediar um conflito mas sim "garantir a tranquilidade da população" e a manutenção do "normal funcionamento da economia". A vencerem, estas ideias significam, de facto, um esvaziamento radical do exercício da greve e a maior vitória patronal das últimas décadas quanto a este direito fundamental.

Este não é um debate menor, nem apenas institucional. Ele interpela todos e todas sobre a defesa deste direito. Sim, as greves perturbam o nosso quotidiano. Mas foram greves que nos trouxeram o fim de semana e as férias pagas, os contratos coletivos e a proteção no desemprego, a assistência pública na saúde e até a democracia política. Se há um desafio que o direito à greve nos coloca é o de o alargarmos a todos os que hoje estão na prática privados de o utilizar (os trabalhadores mais precarizados, os "falsos autónomos", os trabalhadores uberizados, os e as que se encontram na economia informal). Não é nem transforma-lo num direito de nicho, nem limitar o seu exercício. Aos ativistas laborais e ao movimento sindical, este contexto coloca um debate de fundo sobre como construir processos de greve capazes de dar expressão a reivindicações específicas de sectores disponíveis para a luta, sem deixar ao mesmo tempo de dialogar com a sociedade e com o conjunto da classe trabalhadora, de procurar apoios e alianças sociais e de isolar estes ataques que agora foram feitos à arma mais importante de quem tem como único poder a força do seu trabalho.

ARGENTINA SINALIZA O FIM DA ONDA CONSERVADORA?

LUÍS LEIRIA

É cedo para dizer, mas de Buenos Aires chegaram boas notícias. O presidente Maurício Macri foi fragorosamente derrotado nas eleições primárias da Argentina. As sondagens já previam a derrota, por uma margem muito pequena: 3% ou 4%. Mas, contados os votos, 16 pontos percentuais separaram Macri do vencedor, Alberto Fernández, que tem como vice a ex-presidente Cristina Kirchner. Uma palavra também para o bom resultado da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FIT) que, apesar da polarização enorme, obteve 3% dos votos e pode ampliar a bancada parlamentar em outubro.

Depois de os eleitores se terem manifestado, os "mercados" votaram no dia seguinte: o peso argentino caiu 25,3% em relação ao dólar e a Bolsa de Valores desmoronou 37%. Era o sistema financeiro "votando" contra a mais que certa possibilidade de Alberto Fernández ser o próximo presidente da Argentina.

Um Macri raivoso pela derrota acusou os eleitores de Alberto Fernández de serem os responsáveis por mais um escorregão da economia argentina em direção ao abismo. No dia seguinte arrependeu-se, pediu desculpas pelo seu descontrole e anunciou um conjunto de medidas destinado a minorar as perdas provocadas pela desvalorização. É que a campanha eleitoral continua. As eleições são só no dia 27 de outubro.

ORIGINALIDADE

É uma das mais estranhas originalidades do processo eleitoral argentino. O que ocorreu no dia 11 de agosto foram as PASO (Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias), que antecedem as eleições "reais", digamos assim. Dizer que as outras são as reais, não quer dizer que estas não tenham importância nenhuma. No dia 11, por exemplo, votaram cerca de 75% dos eleitores, o que é uma prova de como são levadas a sério.

As PASO foram instituídas em 2009 e têm como primeiro objetivo filtrar os partidos que podem concorrer às eleições: os que não conseguirem pelo menos 1,5% nas primárias ficam de fora. Por outro lado, permitem que sejam os eleitores a dirimir diferenças internas, quando, por exemplo, há dois ou mais precandidatos do mesmo partido a um cargo. À primeira vista, parece uma boa ideia, mas os resultados práticos neste processo eleitoral são muito complicados. Ninguém acredita que daqui até 27 de outubro o neoliberal Macri possa recuperar 16 pontos de desvantagem em relação ao peronista Fernández. Logo, Macri fica a chefiar um governo zombie. Aliás, o ministro das Finanças, Nicolás Dujovne, demitiu-se uma semana depois das primárias. Convenhamos que seria preciso muito espírito de sacrifício para continuar a aplicar uma política condenada pelos eleitores e no contexto do agravamento da crise. Mas se o governo pouco pode governar, o vencedor das primárias não pode assumir. Tem de prosseguir a campanha eleitoral para 27 de outubro.

35% DE POBREZA

Se a situação económica fosse pelo menos estável, esta situação estranha poderia até decorrer com tranquilidade. Mas a economia está em crise há anos e Macri e a sua ortodoxia neoliberal têm toda a responsabilidade sobre a catástrofe que se abateu sobre o país e que levou à intervenção do FMI e um empréstimo de 57.000 milhões de dólares com as condições habituais que todos conhecemos. O resultado é que hoje a dívida pública beira perigosamente os 100% do PIB, a inflação é de 50%, os juros de referência mais de 70% e o índice de pobreza já alcança os 35%. E o fantasma do default da dívida é mais que presente.

A derrota de Macri poderá, se se confirmar, ser um sinal de que a onda conservadora que varreu o sul do continente começa a refluir. Ainda é cedo para o afirmar, mas a experiência deste presidente querido pelos Estados Unidos mostra que os neoliberais não aprenderam nada. Bolsonaro, que tem consciência da importância do país vizinho, já invetivou "essa esquerdalha" que pode voltar na Argentina. Bom sinal.

INTERNACIONAL

A RECESSÃO QUE É TÃO TEMIDA

FRANCISCO LOUÇÃ

Nestas coisas de copo meio cheio e meio vazio temos sempre duas histórias verosímeis: de um lado, nunca a economia norte-americana tinha crescido durante tanto tempo seguido, do outro lado a queda de encomendas à indústria empurra a economia alemã para uma recessão e a China tem o pior resultado em duas décadas. Mas parece haver uma exuberante confiança, os investidores estão dispostos a pagar por deterem dívida alemã a trinta anos, dívida suíça a cinquenta anos e mesmo dívida pública portuguesa a médio prazo. São duas histórias que não se parecem conciliar uma com a outra e, no entanto, tudo isto é factual. Resolver a dúvida dizendo que vem uma recessão, só não sabemos quando, é jogar com as palavras, o que muitos economistas preferem a aceitar o risco de se enganarem mais uma vez. Só que o capitalismo é assim, vive provocando crises. Olhemos então para as condições da crise e deixemos o horóscopo aos adivinhadores.

A CRISE É SEMPRE GERAL

Há pelo menos oito grandes economias em recessão ou à beira dela, a Alemanha, Reino Unido, Itália, Brasil, Argentina, México, Rússia e Coreia do Sul. É o suficiente para arrastar a Europa e grande parte dos países emergentes. É sempre assim: a crise é geral ou não é crise. E, agora, ela é alimentada pela falta de procura efetiva ou, o que é o mesmo, pela sobreprodução em alguns setores chave. Para mais, a escassa procura é artificialmente sustentada por juros baixos (que se podem manter) e por petróleo barato (que é mais duvidoso que se mantenha). Ou seja, faltam salários e investimentos. Ora, há já indicações de que os gastos com capital estão a reduzir-se a nível global e os investimentos em capacidade produtiva, geradores de emprego, há muito que estão a cair. A incerteza daqui resultante é mascarada por um efeito positivo deste medo: as aplicações financeiras correm a refugiar-se na dívida pública, que é garantida, e por isso os seus juros baixam, aliviando as pressões orçamentais em países com elevado rácio de dívida soberana. Investimento é que não há.Assim, contra a próxima crise não haverá armas de política monetária, como baixar os juros.

O capitalismo tem sido uma bolhaeconomia: vive criando bolhas, com acções nos anos 1990, com o imobiliário nos anos 2000, agora de novo com as bolsas.

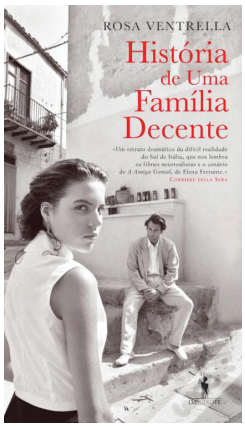
O PERIGO ALEMÃO

É aqui que entra o "problema alemão", nas expressão de Paul Krugman. A "loucura da austeridade" ou a "ruinosa obsessão alemã contra a dívida pública", como ele escreve, tem reduzido a capacidade produtiva e a sustentabilidade do emprego, impondo regras estapafúrdias, como a proibição constitucional de aumentar a despesa para financiar um défice estrutural em mais de 0,35% do PIB. A Alemanha tem agora um excedente da conta corrente de 7,4% do PIB e um superávite orçamental de 1,7%, mesmo que com esses esplendorosos números caminhe para uma recessão (ainda ligeira, queda de 0,1% no segundo trimestre), depois de ter imposto sacrifícios inúteis aos seus parceiros. Desde 2012 que a Alemanha tem um défice zero e nesse momento havia 11% de desemprego registado na zona euro, a que Schauble e Merkel exigiam uma disciplina draconiana que prolongou a recessão nalguns casos e tornou mais difícil a recuperação noutros casos. Há mesmo um problema alemão.

Esta política de austeridade externa e de superávite nacional foi a forma germânica e egoísta de prolongar a restrição da procura agregada, agravando todos os problemas imediatos e futuros: nem se começou a criar uma economia que respondesse ao envelhecimento populacional, nem houve o investimento necessário nas infra-estruturas para a transição climática. Pelo contrário, foi imposta por toda a Europa uma máquina de austeridade que precipitou privatizações, aumentos de impostos, operações de fusões bancárias e outras aventuras lamentáveis. Mas isso acentuou a depressão da procura e portanto ampliou as condições para a crise. É agora, em desespero e em recessão, que Merkel pondera lançar um programa de despesa de 50 mil milhões de euros. Talvez seja tarde demais para a confiança económica.

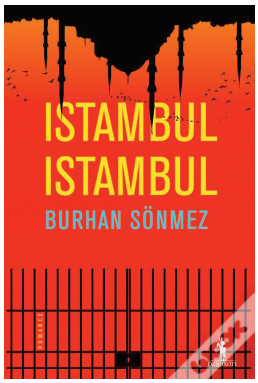
Mas o risco da nova crise só reforça a necessidade de a esquerda europeia lutar pelo fim das regras e tratados da austeridade.

LEITURAS



HISTÓRIA DE UMA FAMÍLIA DECENTE
de Rosa Ventrella
2019 | 320 páginas | Dom Quixote | PVP: ± 16.60 Euros

Num universo ficcional já tantas vezes comparado ao de Elena Ferrante, Rosa Ventrella explora um bairro de Bari, sul de Itália, nos anos 80. Ali, os verões são passados entre os becos e as ruelas, as crianças crescem pelas ruas, o nome de família dita o lugar social e inimigos, homens e mulheres são planetas diferentes.
A violência faz o seu caminho, molda as gentes, perpetua-se. Crescer num ambiente assim parece caminho todo andado para se fazer crescer assim. Os ataques de fúria e o ódio irrompem sem controlo. Por vezes, parece que se odeia porque sim, mas Ventrella conduziu a mão criando um mundo que mostra o carácter vicioso da agressividade. Mais do que ataque, protecção. Mais do que o fulgor do homem que inspira o medo, o homem que está cheio de medo. E não será sempre assim?
História de Uma Família Decente ultrapassa a pequena história do amor de infância, do amor que não sai da pele. Começa na família patriarcal, imiscui-se nas clivagens do bairro, explora ódios e medos, endurecimento, crescimento. ABP.



ISTAMBUL, ISTAMBUL
de Burhan Sönmez
2019 | 248 páginas | Dom Quixote | PVP: ± 15.50 Euros

Istambul, Istambul é a primeira obra de Burhan Sönmez publicada em Portugal. Esta janela para a Turquia de Erdogan, cujas limitações levaram ao exílio do autor no Reino Unido, já foi traduzida para 30 línguas, ganhou o prémio ERBD no Reino Unido e chegou agora a Portugal pelas mãos da D. Quixote.
A fórmula é a seguinte: uma cela, quatro homens, dez dias. Na sequência de um golpe militar, um médico, um barbeiro, um estudante e um velho revolucionário dão por si encarcerados numa cela exígua e gelada nos subterrâneos de Istambul. A própria geografia desta cela acaba por ter um papel de relevo na narrativa, na medida que o autor faz contrastar o solo com o subsolo.
Estão ali torturados e desumanizados enquanto vítimas de um regime despótico, recebendo punição física como forma que permita aos interrogadores chegarem a qualquer coisa. Não têm, portanto, um fio de esperança e não está nas suas mãos reverterem a engrenagem dos seus destinos. Não tiveram, não têm nem terão um julgamento justo; ali, debaixo da terra, é como se já estivessem mortos; acima deles, Istambul continua viva e a vida segue em simultâneo impávida e vibrante. ABP

ACONTECE

2.ª Marcha de Viseu
Pelos Direitos LGBTI+
Viseu
20 DE OUTUBRO, 15H30

50 anos das Revoltas de Stonewall. 45 anos do 25 de Abril. 20 anos da primeira marcha LGBTI em Portugal. São muitos os motivos para celebrar, mas também são muitos os motivos para ir para a rua marchar contra todos os crimes de ódio e de injustiça que continuam a ser praticados em todo o mundo.

ACONTECE

Rebelião pelo Clima
Lisboa, Fábrica das Alternativas,
21 SETEMBRO, 18H30

Apesar de todos os alertas, que se repetem há mais de 30 anos, está a ser seguida uma trajetória que conduz a uma crise civilizacional bem mais cedo do que o optimismo indicava. Os cientistas dizem que temos pouco mais de 11 anos para alterar quase tudo na forma de produção e de vida de forma a evitarmos pontos sem retorno que tornarão irreversível o caos climático.

Nesta apresentação pública, serão partilhados dados da ciência climática atual, será discutido o ponto de situação das políticas climáticas e serão pensadas soluções de acordo com estudos sobre vários movimentos sociais que querem mudanças de grande escala, como aquela de que agora precisamos.

Greve climática mundial
27 SETEMBRO

O dia 27 de setembro é a nova chamada para a greve climática mundial. Em Portugal, está a ser preparada por coletivos ambientalistas e de jovens, que já dinamizaram duas jornadas de greve climática. Não foram acompanhados pela maioria dos sindicatos, mas o seu apelo tem cada vez mais impacto e percebe-se porquê: com a Amazónia a arder e os fenómenos extremos a confirmarem o aquecimento global, a luta pela transição energética enfrenta o desastre criado pelo capitalismo e é essencial para o futuro da humanidade.